

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

REQUERIMENTO Nº /2016 (da Srª. Flávia Moraes)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, no intuito de debater acerca da redução dos recursos destinados às Universidades Federais, conforme Proposta de Lei Orçamentária 2017.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, para debater sobre a redução dos recursos destinados às Universidades e aos Institutos Federais, prevista no Projeto da Lei Orçamentária Anual, PLOA2017, bem como o impacto da restrição fiscal sobre as relações e condições trabalhistas do sistema de ensino superior federal, com a presença das autoridades e especialistas que se destacam em relação ao tema:

- a) Exmo Sr. Mendonça Filho – Ministro da Educação;
- b) Exmo Sr. Dyogo Oliveira – Ministro Interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- c) Senador Wellington Fagundes – Relator da LOA 2017;
- d) Deputado Sérgio de Souza – Relator Setorial da Educação e Cultura da LOA 2017
- e) Sr. Paulo Márcio de Faria e Silva – Reitor da UNIFAL-MG

Justificação

A proposta de orçamento para 2017 destinada às Universidades Federais, apresentada pelo Governo Federal, preocupou a comunidade acadêmica brasileira. Os valores apresentados implicam significativa redução dos limites em comparação com o orçamento de 2016.

Os números variam entre as instituições, mas acarretam diminuição de aproximadamente 19% do orçamento de custeio destinado a pagar salários e realizar manutenção do ensino superior, podendo chegar, em certos casos, a 45% de redução em investimento, ou seja, em obras e em recursos de capital.

Publicado no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – Simec, o valor de recursos previstos para a rede de institutos e universidades federais é de R\$ 6,7 bilhões. Em 2016, o valor previsto era de R\$ 7,9 bilhões.

A maior parte do orçamento das universidades federais, especialmente o das instituições de ensino em expansão e consolidação, é comprometido com o pagamento da folha de pessoal, encargos sociais e benefícios (servidores docentes, servidores técnicos, aposentadorias, etc.).

O acesso à educação sempre foi restrito. Na década de noventa, tivemos o acesso ao ensino fundamental universalizado. Agora vemos o ensino médio rumando para a universalização. Já criamos então a expectativa de que o ensino superior também possa ser acessado por um contingente cada vez maior. Caso a redução orçamentária se concretize, a rede de ensino superior público federal enfrentará uma crise profunda, capaz de ameaçar o aumento do acesso às universidades, as condições de trabalho dos

inúmeros professores, servidores e funcionários que prestam serviços às Universidades.

Cabe a este Colegiado atentar-se, ainda, para os contratos de serviços continuados que deverão ser reajustados ou diminuídos à disponibilidade orçamentária, o que significará redução danosa e indesejável dos serviços essenciais (pagamento de pessoal terceirizado, água, luz, telefone, limpeza, vigilância, material de consumo, bem como obras e equipamentos).

O impacto desse corte de verbas intensificará a precariedade no cotidiano das instituições federais e no trabalho docente, incidindo nos processos de ensino, pesquisa e extensão, responsabilizando, dessa forma, os professores, servidores e funcionários terceirizados a criar alternativas para conseguir realizar suas funções. Isso certamente intensificará o trabalho, prejudicando o sentido da universidade que é o de proporcionar o ensino e contribuir para o desenvolvimento social do país.

Considerando que o ensino superior brasileiro, apesar das adversidades, encontra-se em momento de implantação e consolidação de novos cursos de graduação e pós-graduação, a restrição fiscal torna-se ainda mais significativa, uma vez que o movimento de expansão significa maior número de alunos, que por sua vez demanda mais recursos para adequada formação.

Por todo o exposto, este Parlamento não deve se mostrar insensível à importância estratégica das universidades públicas. O contexto atual requer a discussão de propostas voltadas para o comprometimento com a qualidade do ensino superior e de medidas que contrariam a precarização dos serviços públicos e das relações trabalhistas.

Dessa forma, reitero a necessidade de nos debruçarmos sobre o assunto e solicito atenção aos nobres pares para apoiarem a

realização da presente audiência pública que se destina a debater tema de extrema relevância ao Brasil.

Sala das Comissões, de de 2016.

Flávia Moraes
Deputado Federal (PDT-GO)